

ASSESSORIA TECNICA DA MESA - A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

REQUERIMENTO P COM PROCESSO 06-0027/1997 DE 1997

ERIA LEGISLATIVA: RPP 06-0027/1997 DE 27/11/1997

MOVENTE: VERFADOR CARLOS NEDER

E N T A:

REQUER COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA APURAR
DENÚNCIAS DE IRREGULARIDADES NA AQUISIÇÃO DE FRANGO
EM PEDAÇO CONGELADO, LEITE EM PÓ INTEGRAL PARA O PRO-
GRAMA LEVE-LEITE, AÇUCAR REFINADO E PÃO PARA HOT-DOG.

S E R V A D O E S:

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
06/10/2010 15:59:26

00000000737-41



ARQUIVADO EM 16/03/2001

Maria Isabel Lopes Corrêa
Chefe de Seção Técnica - Substituto



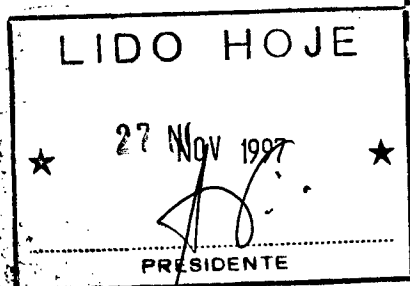
EXCELENCIA + DISCUSSÃO

Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 01 do proc.
nº 27 de 1997

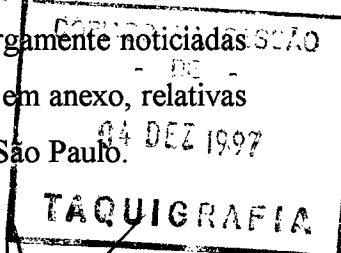
INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

REQUERIMENTO "P" Nº 06 - RPP
06-0027/1997

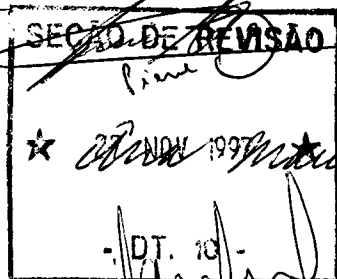


Constitui Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar denúncias de irregularidades na aquisição de frango em pedaço congelado, leite em pó integral para o "Programa Leve-Leite", açúcar refinado e pão para hot-dog, entre outras mediante Atas de Registro de Preços.

Requeremos ao Egrégio Plenário, com fundamento no art. 33 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com 09 (nove) membros e duração de 90 dias, para apurar denúncias de irregularidades nas aquisições, realizadas entre 1993 e 1997 pelas Secretarias Municipais da Administração e de Abastecimento, de frango em pedaço congelado, leite em pó integral para o "Programa Leve-Leite", açúcar refinado e pão para hot-dog, entre outras, mediante Atas de Registro de Preços, conforme denúncias largamente noticiadas pelos órgãos de imprensa de todo país, como atestam as reportagens em anexo, relativas à política de compras e de abastecimento da Prefeitura Municipal de São Paulo.



Sala das Sessões, em



Handwritten signatures and initials, including: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s)
sob nº 2a 11 e folha de informação sob nº
12 27/10/2002 al Dr)

INÁCIO VEIGA
Oficial Legislativo
RF. 11.132

SOB SUSPEITA

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

Pitta terá de explicar compra de frango

*Integrantes da CPI
querem entender
contrato da fornecedora
A D'Oro com Prefeitura*

FAUSTO MACEDO

O prefeito Celso Pitta (PPB) deverá ser questionado na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Títulos Públicos sobre as relações da Prefeitura de São Paulo com a empresa A D'Oro Alimentícia e Comercial. Desde agosto de 1996, último ano da administração Paulo Maluf, a A D'Oro assumiu o posto de principal fornecedora de frango congelado para a Prefeitura.

A D'Oro pertence ao empresário Ezzad Lutfalla, cunhado de Maluf. A mulher de Pitta, Nicéa, trabalhou nessa empresa. Ela é amiga de Lutfalla e da irmã dele, Sylvia, mulher de Maluf.

Sonegação fiscal — A empresa de Lutfalla tem sido usada como "fonte de receita" do casal Pitta, que está na mira da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da República. As duas repartições apuram denúncia de sonegação fiscal contra Pitta e a mulher. Ao fisco, o prefeito teria alegado que sua renda veio nos últimos anos devido às atividades comerciais de Nicéa.

Essas atividades estão relacionadas à A D'Oro. Lutfalla afirmou ao Estado que Nicéa fez "estágio remunerado na minha empresa, em 1993, durante quatro meses". "Ela é minha amiga e freqüenta a A D'Oro", completou.

MULHER DO PREFEITO TRABALHOU NA EMPRESA, QUE PERTENCE AO CUNHADO DE MALUF

Nicéa dirige atualmente o Centro de Apoio Social e Atendimento (Casa), entidade ligada ao gabinete de Pitta. O nome da primeira-dama surgiu na CPI em meio às investigações sobre fraudes na emissão e negociação de papéis para pagamento de dívidas judiciais.

A quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico do Banco Votorantim levou os senadores à constatação de que Nicéa havia sido beneficiada com o pagamento de despesas referentes à locação de um automóvel Temptra. O Votorantim é apontado como uma das principais instituições envolvidas no esquema dos precatórios.

O vereador Carlos Neder (PT) conduz uma apuração sobre eventuais irregularidades em contratos fechados pela empresa do cunhado de Maluf com a administração pública. Neder está preparando um dossiê com dados levantados sobre a A D'Oro. O documento se-

NEGÓCIO RENTÁVEL

Como a A D'Oro adquiriu o monopólio da venda de frango para Prefeitura

Mês	Fornecedor	Total fornecido (kg)	Valor total (R\$)
Abr/96	Frigobrás (Sadia)	200.004	332.006,64
Ago/96	A D'Oro	191.898	331.983,54
Set/96	A D'Oro	182.000	314.860,00
Jan/97	A D'Oro	150.000	259.500,00
Fev/97	A D'Oro	299.992	518.986,16
Total		1.023.894	1.757.336,34

Fonte: Diário Oficial do Município de São Paulo

rá encaminhado à CPI para que os senadores usem durante o depoimento de Pitta.

Em apenas cinco anos de atividade, a empresa de Lutfalla mudou de nome e razão social seis vezes. Auditores do Tesouro consultados pelo Estado não consideram "normal" esse tipo de procedimento em uma empresa.

O vereador vai entregar amanhã à Procuradoria-Geral de Justiça representação para "apuração dos fatos". Neder pede atenção para o detalhe de que a A D'Oro manteve como sócia uma empresa estrangeira, a Inversora Rineos S/A, com sede em Montevidéu (Uruguai).

Em dezembro de 1995, a Inversora Rineos redistribuiu suas cotas de participação na empresa para a Rineos Empreendimentos Ltda. (capital nacional), estabelecida no mesmo prédio onde funciona a A D'Oro, na rua Joaquim Floriano, 397, capital.

Na semana passada, Neder foi abordado por um dos caciques do PPB, velho aliado malufista na Câmara. "Vá em frente, você está no caminho certo", disse-lhe o pepebista. Outro malufista advertiu-o: "Você já está usando colete à prova de bala?"

Empresa participa de nova concorrência

A Secretaria Municipal de Abastecimento (Semab) habilitou a empresa A D'Oro Alimentícia e Comercial Ltda. a participar de nova concorrência para venda de frango congelado, destinado à merenda escolar. A empresa contratada deverá fornecer até 300 toneladas do produto por mês. Entre janeiro e fevereiro, a Prefeitura gastou R\$ 778,4 mil na compra de 449,9 mil quilos do produto vendido pela A D'Oro.

No final da gestão Maluf, a A D'Oro havia faturado R\$ 646,5 mil pela entrega de 373,8 toneladas de frango. A empresa do cunhado de Maluf já recebeu pelo menos R\$ 1,42 milhão dos cofres públicos.

No dia 4 de abril, a Semab publicou a habilitação da A D'Oro para a nova licitação. Outras duas empresas que não foram habilitadas recorreram da decisão da Semab. O secretário Naor Guelfi foi procurado seis vezes pelo Estado mas não retornou as ligações.

Em abril de 1996, a A D'Oro obteve o segundo lugar na concorrência aberta pela Coordenadoria de Alimentação e Suprimento, órgão da Semab. A Frigobrás Companhia Brasileira de Frigoríficos (Grupo Sadia) ganhou a concorrência ao cotar o preço do quilo em R\$ 1,66. A A D'Oro ofereceu o produto a R\$ 1,73 e pegou a segunda colocação.

Três meses depois, a Sadia pediu um reajuste de 18,06% no preço, mas a Semab não aceitou. A Sadia decidiu interromper o fornecimento e o caminho ficou aberto para a A D'Oro.

INVESTIGAÇÃO Envolvidos são Sylvia Maluf, seu irmão e atual primeira-dama

Esquema ajudou parentes de Maluf, afirma promotoria

da Reportagem Local

O Ministério Público paulista acredita em um esquema de triangulação entre empresas para favorecer parentes do ex-prefeito paulistano Paulo Maluf. O negócio envolve transações de venda de frangos para a Prefeitura de São Paulo no ano passado.

A nova suspeita vem se somar a outros questionamentos sobre práticas da administração Paulo Maluf (1993-96) e de seu sucessor, Celso Pitta (PPB).

A promotoria acredita que houve crime de improbidade administrativa, além de fraude na licitação provocada por envolvidos no suposto esquema.

"Aparentemente havia uma triangulação para favorecer a empresa da mulher do ex-prefeito, Sylvia Maluf, na venda de 823 toneladas de frango no ano passado à prefeitura", diz o promotor Alexandre de Moraes, da Promotoria de Juízo e Cidadania da Capital.

Obelisco e A D'Oro

A empresa de Sylvia é a Obelisco, que forneceria frangos para abate. Além de Sylvia, é sócia da empresa sua filha Lígia.

A Folha visitou ontem a Obelisco no km 9,5 da estrada que liga Itatiba a Louveira (75 km a noroeste de São Paulo). A empresa está fechada e tem instalações novas, aparentemente nunca usadas.

O gerente administrativo da Obelisco, José Antônio Orlandelli Lopes, diz que a firma é regular.

Entre maio e agosto do ano passado, seu faturamento praticamente dobrou por fornecer frangos para a A D'Oro —que no pe-



O prefeito Pitta, que tem contratos de compra de frango investigados

ríodo vendia para a prefeitura.

A A D'Oro pertence a Fuad Luftalla, irmão de Sylvia Maluf.

"Mas cunhado não é parente. Ele podia vender o frango processado para a prefeitura, que na verdade era da Sylvia", afirma o promotor, que instaurou inquérito sobre o caso em 16 de abril, depois que a "Folha da Tarde" revelou o caso.

O problema reside exatamente nas condições da venda. Para o Ministério Público, houve irregularidade no contrato de fornecimento do produto e suspeita de favorecimento por uma terceira empresa, a Frigobrás (do grupo Sadia).

Frigobrás

Em fevereiro de 1996, a Frigobrás ganhou licitação para fornecer frango para creches e escolas municipais por R\$ 1,66 o quilo. Em segundo lugar ficou a A D'Oro (que ofereceu R\$ 1,73/kg).

Três meses depois, a Frigobrás pediu aumento para R\$ 1,96 por quilo. A prefeitura aceitou pagar R\$ 1,75, mas a empresa desistiu.

Alegando ter direito por edital, Maluf colocou então a A D'Oro para fornecer o frango por ser a segunda colocada —só que não pelos R\$ 1,73 o quilo que propunha, mas por R\$ 1,75. A A D'Oro faturou R\$ 1.426.438,00 com o serviço.

"Isso só poderia ocorrer se a Frigobrás tivesse desistido na hora de assumir o negócio. Como foi três meses depois, era obrigatória uma segunda licitação", diz Moraes.

Um advogado da Frigobrás, Marcelo Pontes Oliveira, pediu ontem sete dias úteis para apresentar notas fiscais ligadas ao caso.

Para surpresa do Ministério Público, a Frigobrás ganhou a licitação deste ano para o fornecimento de frango —com a A D'Oro novamente em segundo lugar.

"Desta vez ofereceram R\$ 1,37

por quilo, alegando um excesso de estoque devido a um carregamento que ia para a Rússia e não foi. Acho estranho", afirmou Moraes.

O Ministério Público quer saber se as condições excepcionais de preço não seriam encerradas com o fim do estoque da Frigobrás, o que levaria a novo pedido de aumento de preço e consequente desistência em favor da A D'Oro.

AIM

Uma quarta empresa está sendo investigada. É a AIM Participações Ltda.. Ela foi fundada por pessoas ligadas ao núcleo histórico do malufismo, como o publicitário Nelson Biondi (que a deixou em 1987), e assessorou tanto a Frigobrás quanto a A D'Oro em suas participações nas licitações.

O Ministério Público ainda não sabe quais eram os interesses da empresa, que trabalhava como intermediária nos negócios.

O pedido de aumento por parte da Sadia, no ano passado, foi feito a partir de um fax da AIM.

O Ministério Público pediu explicações, em ofício enviado no dia 7, para a primeira-dama Nicéa Pitta. O promotor quer saber qual sua ligação com a A D'Oro.

Celso Pitta diz que sua mulher fez estágio na A D'Oro, tendo inclusive tentado vender frango à Casa da Moeda em 1993 em companhia de Fuad Luftalla. Pitta foi diretor no órgão entre 1982 e 1985.

Ao Ministério Público, a A D'Oro disse que Nicéa nunca ganhou nada pela empresa. "Mas o prefeito já disse que a renda de casa era auxiliada pelos negócios de Nicéa com frango", afirma Moraes.

A investigação ficará congelada de amanhã até agosto, quando o promotor estará em férias.

Prefeitura compra leite mais caro

LEVE LEITE CONSUME 1,6 MILHÃO DE QUILOS DO PRODUTO EM PÓ E PAGA PELO MENOS R\$ 0,15 A MAIS POR CADA QUILO



Paulo Prandini/AE

Criança com o leite: Prefeitura nega que escolheu lata para propaganda

Ivo Patarra

A Prefeitura de São Paulo está pagando R\$ 5,78 por quilo de leite em pó do programa Leve Leite. Três das principais redes de supermercado da cidade oferecem o produto nas prateleiras por preços mais baixos. Detalhe: a Prefeitura compra 1,6 milhão de quilos por mês.

As latas de leite em pó da Prefeitura, distribuídas a 800 mil crianças de escolas e creches, têm dois quilos e custam ao governo municipal R\$ 11,56 cada uma. O melhor preço encontrado pelo JT foi no Carrefour do bairro do Limão, na zona norte.

Lá, ontem, era possível comprar seis pacotes de 400 gramas de leite integral Cook, por R\$ 1,79 cada um. O consumidor levaria 2,4 quilos de leite para casa e pagaria apenas R\$ 10,74. Em relação aos R\$ 11,56 gastos pela Prefeitura na lata de dois quilos, haveria ainda uma sobra de R\$ 0,82.

O mesmo Carrefour vende latas de 400 gramas de leite em pó instantâneo marca Itambé, enriquecido de vitaminas A e D, por R\$ 2,25 a unidade. Cinco latas, com o total de dois quilos de leite em pó, saem por R\$ 11,25, exatos R\$ 0,31 menos do que a Prefeitura paga pelas

latas do Leve Leite.

Alexandre de Moraes, promotor de Justiça e Cidadania do Ministério Público, está analisando representação do vereador Carlos Neder (PT). O vereador quer saber por que a Prefeitura resolveu pagar R\$ 5,78 por quilo de leite em pó, comprado da Nutril Nutrimentos Industriais.

É que a mesma licitação, realizada pela Secretaria Municipal de Abastecimento, homologou o fornecimento do mesmo produto, oferecido pela Nacional Comércio e Empreendimentos, por R\$ 4,74 o quilo.

Em sua representação, Carlos Neder salienta que a diferença entre os dois fornecedores, que é de R\$ 1,04 (21,9%) por quilo, significa gasto adicional de R\$ 1,6 milhão mensais à Prefeitura.

As duas marcas têm praticamente as mesmas características, com exceção das embalagens. A mais barata (pacote) é de filme composto de polietileno, poliéster e alumínio, e a mais cara (lata) é de folhas de flandres membranizadas e gasificadas, com peso líquido de dois quilos. Nos últimos três meses, a Prefeitura gastou R\$ 27,7 milhões com o Leve Leite.

SECRETÁRIO NEGA ACUSAÇÃO

Guelfi afirma que foram pesquisadas 4 redes

O secretário de Abastecimento, Naor Guelfi, negou ontem que a Prefeitura tenha comprado leite em pó superfaturado para o programa Leve Leite. Ele disse que a Secretaria Municipal de Abastecimento (Semab) realiza pesquisa em quatro atacados (Wall Mart, Makro, Vila Nova e Atacadão) e que a média dos preços do quilo do produto, registrada em agosto, foi de R\$ 5,87. Segundo Guelfi, a Semab também fez consulta de varejo na Internet (pelo menos um supermercado por região em

São Paulo), com o seguinte resultado: em agosto, preço médio de R\$ 6,40 para o quilo de leite em pó. "O preço oferecido na licitação, de R\$ 5,78, é inferior", disse o secretário. "Nós não temos outra alternativa a não ser aceitá-lo." Guelfi negou que a Prefeitura tenha optado pelo leite em pó em lata com a finalidade de usar a embalagem para fazer propaganda. De acordo com ele, o produto em pacote poderia se romper nas mãos das crianças.

(1.P.)

JORNAL DA TARDE
Data 22/09/97
Página 184

Pitta paga R\$ 20 milhões por latas

EMBALAR LEITE EM PÓ DO LEVE LEITE EM LATAS DE 2 KG CUSTA O GASTO ANUAL COM O LEITE DA MERENDA, EMBALADO EM PACOTES ALUMINIZADOS

Ivo Patarra

A Prefeitura de São Paulo paga R\$ 19,9 milhões por ano para embalar em latas o leite em pó distribuído pelo programa Leve Leite. Esse dinheiro seria suficiente para pagar o leite adquirido em um ano para a merenda escolar municipal, um programa que tem recebido denúncias frequentes de precariedade.

A Prefeitura compra leite em pó integral para os programas da merenda e do Leve Leite. Para o primeiro programa, são 350 mil quilos por mês, embalados em pacotes aluminizados. Para o segundo, 1,6 milhão de quilos mensais, embalados em latas de 2 quilos, distribuídas para crianças de creches e escolas municipais. O leite da merenda custa R\$ 4,74 o quilo. O do Leve Leite sai por R\$ 5,78 o

quilo. A diferença, de R\$ 1,04 por quilo, fica justamente por conta das embalagens.

A Prefeitura adquire 19,2 milhões de quilos de leite em pó por ano para o Leve Leite, no valor de R\$ 110,9 milhões. Se estivesse comprando o mesmo leite em pó, mas em pacote, como o da merenda, gastaria R\$ 91 milhões. A diferença, de R\$ 19,9 milhões, portanto, é o gasto anual da Prefeitura para adquirir as latas que embalam o leite em pó. Esses R\$ 19,9 milhões pagariam todas as compras de leite em pó para o progra-

ma da merenda escolar, num total de 4,2 milhões de quilos anuais.

O Ministério Público está investigando as compras de leite em pó da Prefeitura. O promotor de Justiça Carlos Alberto de Salles deverá to-



Merenda: leite em embalagem aluminizada é distribuído para uso nas escolas e creches



Lata do Leve Leite: R\$ 1,04 a mais por cada quilo do produto

Arquivo/AE

mar o depoimento, amanhã, do presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (ABPL), Jorge Rubez. Ele denunciou que o governo municipal fez "licitação de cartas marcadas" para escolher os fornecedores de leite em pó. Também deverá depor o presidente da Associação dos Distribuidores de Leite do Estado de São Paulo (Adalsp), Vicente Paulino, que requereu a análise do leite em pó do Leve Leite. Paulino receia que material para ração animal esteja sendo adicionado ao leite dos programas.

Desde 1994 (governo Paulo Maluf), a Prefeitura fez cinco licitações para comprar leite em pó. Todas ganharam por apenas duas empresas, com sede em Contagem (MG). A Nutril Nutrimentos Industriais fornece as latas de dois quilos do programa Leve Leite. A Nacional Comércio e Empreendimentos, o leite em pó da merenda escolar. O pro-

motor Carlos Alberto de Salles está estudando o escândalo da compra de frangos pela Prefeitura, o chamado Frangogate. Ele quer saber se o procedimento para a compra de leite em pó é o mesmo, ou seja, se as empresas fornecedoras ganham as licitações com preços baixos que, em seguida, são reajustados.

Arquivo/AE



Pitta: Justiça quer saber se licitações do leite e do frango têm as mesmas irregularidades

O JT publicou, nas últimas três semanas, cotações de preços de leite em pó de supermercados, atacadistas, cooperativas e fábricas produtoras. Os preços são mais baixos que os pagos pela Prefeitura. Na Câmara Municipal, o vereador Arselino Tatto, líder do PT, pediu a instalação da CPI do Leite. Ele espera obter as 19 assinaturas necessárias

para dar entrada no processo amanhã. Tatto também quer que o Tribunal de Contas do Município faça auditoria na Secretaria Municipal de Abastecimento, encarregada de fazer as compras de leite em pó.

Semab esbanja com pãozinho

CHICO DE GOIS

A Prefeitura está pagando até R\$ 288 mil a mais pelo pão de cachorro-quente. Na edição de ontem do Diário Oficial do Município, um despacho do secretário municipal de Abastecimento, Naor Guelfi, autoriza a compra de cinco milhões de pães de cachorro-quente pelo valor global de R\$ 688.060,00. Feitas as contas, cada pãozinho custará para os cofres da Prefeitura R\$ 0,13. O valor é superior ao preço de mercado, que varia entre R\$ 0,08 e R\$ 0,10. Isso significa que a secretaria está pagando entre 30% e 61% a mais pelo produto.

Se o pãozinho fosse comprado a R\$ 0,08, na Panificadora Sereia, tradicional fornecedora do produto para os vendedores de cachorro-quente da cidade, a Prefeitura poderia economizar R\$ 288 mil. Se optasse pela Comercial Cianorte, atacadista de produtos alimentícios localizada em frente ao Palácio das Indústrias, sede da Prefeitura, a economia seria de R\$ 188 mil. Este dinheiro seria suficiente

para a construção de 10 a 16 apartamentos do Cingapura. Cada unidade custa aproximadamente R\$ 18 mil. A Secretaria de Abastecimento foi procurada por telefone pela reportagem do DIÁRIO POPULAR às 17h20, mas ninguém foi localizado para fazer comentários sobre a denúncia.

O despacho do secretário é bem resumido. Diz que "à vista da bonificação obtida no presente, reduzindo o valor global da aquisição (...) retifico o despacho (...), para dele fazer constar que o valor correto para aquisição de cinco milhões de pães de hot-dog é de R\$ 688.060,00". Domingos Gondarem Lourenço da

Chão, proprietário da Panificadora Sereia, localizada na região central da cidade, assustou-se ao saber o preço pago pela Prefeitura. Ele produz diariamente aproximadamente 15 mil pães para cachorro-quente e vende o produto a ambulantes e algumas instituições. "Cobro R\$ 0,08 por unidade", disse

Domingos. Ele fez questão de mostrar o registro do Ministério da Saúde para provar que não faz o produto clandestinamente. Também afirmou que se pagasse uma encomenda de cinco milhões de pães poderia até reduzir o valor para R\$ 0,07 cada um.

Outro que achou caro o preço pago pela Prefeitura pelo pão de cachorro-quente foi Júnior Cezar, representante de vendas da Comercial Cianorte, tradicional atacadista do ramo alimentício. Seu colega, Gilmar Olmo, também se assustou. Eles vendem o pãozinho de três indústrias diferentes: Braspan, Roiam e Iguape. O produto das duas primeiras custa R\$ 0,09 ao cliente da Cianorte. O pão da Iguape é vendido a R\$ 0,10.

Instalada há mais de seis anos nas imediações da rua Conselheiro Crispiniano, Lourdes Mendes vende aproximadamente 600 cachorros-quentes por dia, a R\$ 0,50 cada. Ela afirmou que paga R\$ 0,09 pelo pãozinho. "Se comprasse o pãozinho a R\$ 0,13, teria de vender o cachorro-quente a R\$ 0,80, no mínimo", observou.

Publicação: F
01/15/09/97
A-5

Prefeitura de SP paga 42% mais caro pelo açúcar dos servidores

Caso do frango envolve Daura

A suspeita de favorecimento de parentes do ex-prefeito Paulo Maluf na venda de frangos à prefeitura também envolve Marcelo Daura. Ele foi casado com Nelly Maluf, sobrinha do ex-prefeito e já foi funcionário da Eucatex, empresa de Maluf.

Daura dirige o Demat (Departamento de Materiais) e preside a Comprems (Comissão de Preços de Materiais e Serviços). A Comprems aprovou um aumento de preço nas coxas e sobrecoxas vendidas pela Frigoríficas Sadias à prefeitura, em julho de 1996, para R\$ 1,75 por quilo.

Com o aumento, solicitado três meses depois de a Sadia ter vencido a concorrência — com o preço de R\$ 1,66 —, o menor preço passou a ser o do frigorífico A D'Oro (R\$ 1,73). Essa empresa pertence a Fuad Lutfalla, irmão de Sylvia Maluf e cunhado de Paulo Maluf.

No período da licitação, a A D'Oro comprou aves vivas da granja Obelisco, de Sylvia Maluf. O Ministério Público Estadual investiga essas operações sob suspeita de que tenha ocorrido uma triangulação para favorecer a família Maluf. (AR)

Marcelo Daura, envolvido no caso dos frangos, autorizou a Secretaria da Administração a pagar R\$ 0,74 pelo quilo do açúcar. O produto custa R\$ 0,52 no mesmo supermercado que vende ao município

A Prefeitura de São Paulo paga R\$ 0,74 pelo quilo do açúcar a um supermercado de Suzano (Grande SP), que vende o mesmo produto a R\$ 0,52 no varejo. A diferença de preço é de 42,3%. No dia 31 de outubro do ano passado, o Supermercado Estrela foi habilitado pela prefeitura a vender mensalmente 13.255 quilos do açúcar para consumo dos servidores de 15 secretarias e três autarquias do município, durante um ano. O supermercado foi o único concorrente da licitação e apresentou proposta de R\$ 0,74 pelo quilo do açúcar União. Pesquisa Datafolha do último dia 3 de setembro, realizada em 18 supermercados da capital, indica o

preço médio de R\$ 0,50 para o quilo do açúcar. A mesma pesquisa indicou R\$ 0,58 como preço médio em outubro de 1996 — época da licitação.

A SMA (Secretaria Municipal da Administração) comprou o açúcar União a R\$ 0,74 o quilo, entre outubro de 96 e setembro deste ano. A FT esteve no Supermercado Estrela no último dia 2 de setembro e constatou que o produto é vendido a R\$ 0,52.

O contrato de fornecimento entre o supermercado e a SMA foi assinado pelo diretor do Demat (Departamento de Materiais), Marcelo Daura. Ele também está envolvido nas denúncias de irregularidades que teriam beneficiado a família

do ex-prefeito Paulo Maluf em vendas de frango para a prefeitura. (veja texto ao lado).

Segundo Daura, o custo da entrega encarece o preço que a prefeitura paga pelo açúcar. "São 150 pontos de entrega", disse, no último dia 4 de setembro. A entrega é de responsabilidade do fornecedor.

Entretanto, o valor do produto também é 39,6% superior aos R\$ 0,53 que a Semab (Secretaria Municipal de Abastecimento) paga pelo açúcar da marca Portobello, que vai para a merenda escolar. A Semab licitou o quilo do açúcar a R\$ 0,59 em julho de 1996, mas conseguiu descontos com o fornecedor — Refinadora Catarinense. Em janeiro de 1997, pagou R\$ 0,54 e de abril a junho deste ano pagou R\$ 0,53.

Daura afirmou à reportagem que a entrega de produtos fornecidos à Semab também é feita diretamente nas 1.489 escolas e creches municipais.

Na compra da SMA, Daura

disse que renegociou o preço e conseguiu reduzi-lo de R\$ 0,74 para R\$ 0,60, em 4 de junho passado. Porém, a prefeitura continuou comprando o açúcar a R\$ 0,74. A Secretaria Municipal de Transportes publicou autorização para compra de 300 quilos do produto a esse preço no último dia 3.

"Estou surpreso", disse Daura. "Se isso ocorreu está errado. Vou falar com a secretaria." Um dia após Daura conceder a entrevista, o preço foi rebaixado para R\$ 0,53, o mesmo que a Semab paga.

Além disso, o Serviço Funerário do município comprou, em julho passado, 300 quilos de açúcar a R\$ 0,48, vendido também pelo Estrela. A divergência nos preços levou o vereador Carlos Neder (PT) a pedir informações em ofício ao secretário de Administração.

Procurado há uma semana para explicar o caso, Daura não atendeu a reportagem.

(Alberto Ramos)

Diretor nega irregularidade

O diretor do Demat (Departamento de Materiais) da Secretaria Municipal de Administração, Marcelo Daura, negou que tenha ocorrido favorecimento ao Supermercado Estrela na licitação para a compra de açúcar para a prefeitura.

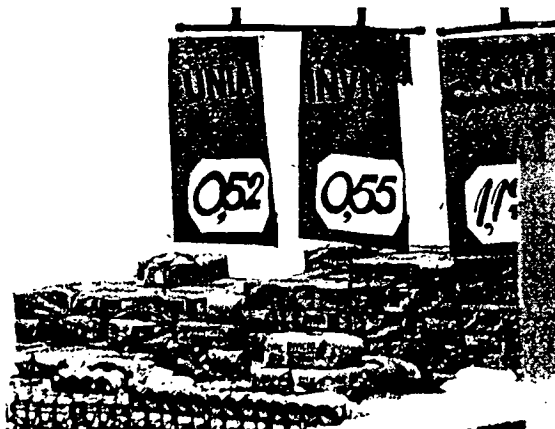
Segundo ele, 27 empresas foram convidadas a participar da concorrência, realizada em outubro de 96. Apenas seis delas compraram o edital da licitação e a única que concorreu foi o Supermercado Estrela.

Daura disse que fez levantamentos de preços do açúcar seguindo cotação do Instituto de Economia Agrícola ligado à Secretaria de Abastecimento

do Estado. "Na época da licitação, o preço médio do varejo era de R\$ 0,63 por quilo."

Segundo Daura, as redes de supermercados fazem ofertas com o açúcar a preço de custo. Atraídos pela promoção, os clientes acabariam comprando outros produtos, mais caros.

O dono do Supermercado Estrela, Georges Mokbel Antoun, afirmou que "não compensa vender à prefeitura sem lucro bruto assegurado de 30%". Para ele, "o custo do transporte e impostos consome até 21% desse lucro. Basta verificar quanto custa um frete de Suzano até São Paulo." (AR)



Supermercado Estrela, de Suzano, vende quilo do açúcar a R\$ 0,52. Rubens Cavallari - 2 set 97/Folha Imagem



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 08 do proc.
nº 27 de 1997

ASSESSORIA TÉCNICA DA MESA

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

"VOTAÇÃO NOMINAL REFERENTE AO Reg. N° 0027/97"

REQUERIDA PELO SR. VEREADOR: _____

1100 SESSÃO

☒ ORDINÁRIA
☐ EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 04 DE 12 DE 19 97

C.P.T. do Franco

Nº	VEREADORES	VOTOU SIM	VOTOU NÃO	ABSTEVE-SE	Nº	VEREADORES	VOTOU SIM	VOTOU NÃO	ABSTEVE-SE
1	ADRIANO DIOGO	X			29	JORGE TABA	X		
2	ALBERTO HIAR	X			30	JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOZO	X		
3	ALDAIZA SPOSATI	X			31	ALAN LOPES			
4	AMORIM				32	JOSÉ IZAR			
5	ANA MARIA QUADROS	X			33	JOSÉ MENTOR	X		
6	ANA MARTINS				34	JOSÉ VIVIANI FERRAZ			
7	ARCHIBALDO ZANCRA				35	LÍDIA CORREA			
8	ARMANDO MELLÃO				36	LUIZ PASCHOAL			
9	ARSELINO TATTO	X			37	MAELI VERGNIANO			
10	AURÉLIO NOMURA	X			38	MARIA HELENA			
11	BRASIL VITA				39	MARIO DIAS			
12	BRUNO FÉDER				40	MIGUEL COLASUONNO			
13	CARLOS NEDER	X			41	MILTON LEITE			
14	CELSO CARDOSO				42	MOHAMAD SAID MOURAD			
15	COSME LOPES				43	NATALÍCIO BEZERRA			
16	DALTON SILVANO	X			44	NELO RODOLFO			X
17	DEVANIR RIBEIRO	X			45	NELSON GUIMARÃES PROENÇA	X		
18	DITO SALIM				46	OSVALDO ENÉAS			
19	DOMINGOS DISSEI				47	PAULO FRANGE			
20	EDIVALDO ESTIMA				48	PAULO ROBERTO FARIA LIMA			
21	EMÍLIO MENEZINI				49	PIERRE DE FREITAS	X		
22	GILSON BARRETO	X			50	ROBERTO TRÍPOLI	X		
23	GOULART				51	SALIM CURIATI			
24	HANNA GHARIB				52	TONINHO PAIVA			
25	HENRIQUE PACHECO	X			53	VICENTE CÂNDIDO			
26	ÍTALO CARDOSO	X			54	VICENTE VISCOME			
27	IVO MORGANTI				55	WADIH MUTRAN			
28	JOOJI HATO								

Votaram "SIM": 18 Srs Vereadores

Votaram "NÃO": — Srs Vereadores

ABSTIVERAM-SE: 01 Srs Vereadores

VISTO:

SECRETÁRIO



Folha nº. 09 do proc.
nº 27 de 1997
D

INÁCIO VEIGA - Of. Legislativo
RF 11.132

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

APROVADO

★ 16 MAR 2000 ★

119

PRESIDENTE

07 - RPS
REQUERIMENTO: 07-0009/2000

Requeiro, na forma regimental , preferência para a apreciação do Requerimento n.º RPP 27 de 1997, propondo seja instalada CPI DO FRANGO, na forma que especifica.

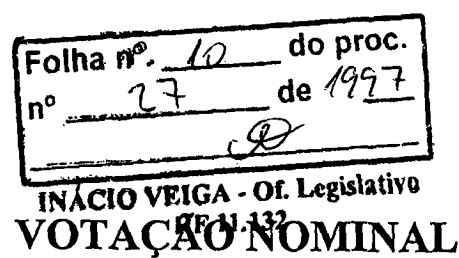
Sala das Sessões, em

Myryam Athie
Myryam Athie

COPIADO NA SESSÃO
- DE -
16 MAR 2000
TAQUIGRAFIA

RECEBIDO NA A. T. M.
Em 16.03.2000
às 14,45 horas. D

EDIÇÃO DE ANAIS
16 MAR 2000
1840
- DI. 10 -



373ª SESSÃO ORDINÁRIA

N° Vot.: 1

Data Sessão: 16/03/2000

Partido	UF	Nome do Vereador	Voto	Partido	UF	Nome do Vereador	Voto
PPB	SP	WADIH MUYRAN	NAO				
PT	SP	ADRIANO DIOGO	SIM				
PT	SP	ALDAIZA SPOSATI	SIM				
PSDB	SP	ANA MARIA QUADROS	SIM				
PC DO B	SP	ANA MARTINS	SIM				
PT	SP	ARSELINO TATTO	SIM				
PT	SP	CARLOS NEDER	SIM				
PL	SP	CARMINO PEPE	SIM				
PPB	SP	CELSO CARDOSO	SIM				
PSDB	SP	DALTON SILVANO	SIM				
PT	SP	DEVANIR RIBEIRO	SIM				
PSDB	SP	ÉDER JOFRE	SIM				
PSDB	SP	GILSON BARRETO	SIM				
PT	SP	ITALO CARDOSO	SIM				
PSB	SP	JORGE TABA	SIM				
PT	SP	JOSÉ EDUARDO MARTINS CARDOSO	SIM				
PT	SP	JOSÉ MENTOR	SIM				
PMDB	SP	JOSÉ OLÍMPIO	SIM				
PMDB	SP	MILTON LEITE	SIM				
PL	SP	MOHAMAD SAID MOURAD	SIM				
PMDB	SP	MYRYAM ATHIE	SIM				
PPS	SP	NELSON GUIMARÃES PROENÇA	SIM				
PSDB	SP	PIERRE DE FREITAS	SIM				
PSDB	SP	ROBERTO TRÍPOLI	SIM				
PSB	SP	RUBENS CALVO	SIM				
PPB	SP	SALIM CURIATI	SIM				
PT	SP	VICENTE CÂNDIDO	SIM				
PSDB	SP	Murilo Nogueira	SIM				

Votos Sim: 26
Votos Não: 1
Votos Abst: 0

Total:

Operad.: PAINEL ELETRÔNICO

Emissão em: 16/03/00 - 18:07

COPIADO NA SESSÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº

12

do processo nº

27

de 19

97

27

10

2000

(a)

INÁCIO VEIGA
Oficial Legislativo
RF. 11.132

Ao DT.94 - Sra. Chefe:

Arquivar o presente processo, de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura).

16/03/01

Breno Gandelman
BRENO GANDELMAN

Assessor Tec. Legislat. Chefe

ATM

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Proc. encerrado cl	# 12 # fls.
Arquivo em	16.03.2001
O Func.º	<i>Maria Isabel</i>
Maria Isabel Lopes Corrêa Chefe de Seção Técnica - Substituto	